

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siuffi Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bitar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcdh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcdh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 714/2019-PGJ, DE 26.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º e considerando o § 1º do artigo 81, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

**R E S O L V E :**

Promover, por antiguidade, o Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes, símbolo MP-22, para a 4ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, Segunda Entrância, símbolo MP-23, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e autorizar que sua promoção se efetive na 1ª Promotoria de Justiça de Terenos (Processo PGJ/10/0344/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 600/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 310/2019-PGJ, de 30.1.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de fevereiro de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
20 (18h01min) a 27.2.2019 (7h59min)	4ª	Ana Cristina Carneiro Dias	99129-2433

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
20 (18h01min) a 27.2.2019 (7h59min)	7ª	José Roberto Tavares de Souza	99129-2433

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 633/2019-PGJ, DE 21.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça de Dourados Ricardo Rotunno e Eteocles Brito Mendonça Dias Junior para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem nos autos do Procedimento de Investigação Criminal nº 06.2018.00002995-7 e do Inquérito Civil nº 06.2018.00002917-9, em trâmite perante a Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 635/2019-PGJ, DE 21.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11 a 15.2.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 636/2019-PGJ, DE 21.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Amambai, Michel Maesano Mancuelho, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 11 a 15.2.2019, em razão de licença da titular, Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 658/2019-PGJ, DE 22.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o 33º Promotor de Justiça de Campo Grande, Nicolau Bacarji Junior, a se ausentar da referida Comarca nos dias 2 e 3.5.2019, para participar do “VI Congresso do Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e Adolescência (PROINFÂNCIA)”, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro/RJ.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 659/2019-PGJ, DE 22.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2010/2011, a serem usufruídos no período de 1º a 5.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 660/2019-PGJ, DE 22.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 30.3.2014 e nos períodos de 12 a 19.5.2017 e 13 a 20.11.2017, a serem usufruídos no período de 25 a 28.3.2019 e nos dias 8 e 9.4.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 661/2019-PGJ, DE 22.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 41ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Camila Augusta Calarge Doreto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Turma Recursal Mista da referida Comarca, no período de 7.3 a 9.4.2019; e tornar sem efeito, no referido período, a Portaria nº 472/2019-PGJ, de 11.2.2019, que designou o Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida para atuar na referida Turma Recursal.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 662/2019-PGJ, DE 22.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 17º Promotor de Justiça de Campo Grande, Clovis Amauri Smaniotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 10ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no dia 7.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 663/2019-PGJ, DE 22.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Cristina Beraldo de Andrade, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 36ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 1º.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 665/2019-PGJ, DE 22.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, a partir de 18.2.2019, até ulterior deliberação, atuando nos feitos extrajudiciais.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 673/2019-PGJ, DE 25.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o 60º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Antônio Freitas de Almeida, a se ausentar da referida Comarca no dia 29.3.2019, para apresentar defesa em tese de Doutorado no ramo de Direito, especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, na Universidade de Lisboa, em Portugal.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 674/2019-PGJ, DE 25.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 4ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 18.2.2019; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1996/2018-PGJ, de 14.6.2018, que indicou o Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 643/2019-PGJ, DE 21.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 2233/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolynne Silvestre Oliveira Mendes	2015/2016	17 a 26.6.2019	11 a 20.12.2019		7 a 16.8.2017

PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Beatriz dos Reis Medina	2016/2017	15 a 24.10.2018	7 a 16.3.2019		20 a 29.11.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Patrick Arruda Santana	2016/2017	11 a 20.4.2018	15 a 24.4.2019		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 119/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2017/2018	10 a 19.9.2018	7 a 16.3.2019		19 a 28.2.2018

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Rech Lima	2017/2018	10 a 19.9.2018	2 a 11.5.2019		20 a 29.9.2018

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Joana Maria Diedrich	2017/2018	15 a 24.10.2018	22.4 a 1º.5.2019	14 a 23.8.2019	
Marina Borges Soares	2017/2018	17 a 26.9.2018	11 a 20.3.2019		6 a 15.5.2019

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Nadson Matheus Borges	2016/2017	5 a 14.11.2018	4 a 13.3.2019		14 a 23.1.2019

PORTARIA Nº 3838/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Valter Vieira Segundo	2017/2018	10 a 19.12.2018	24.6 a 3.7.2019		1º a 10.2.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Alberto Reis Nogueira Júnior	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	15 a 24.7.2019		7 a 16.1.2019
Elizangela Cristina Paes da Silva	2016/2017	8 a 17.1.2019	11 a 20.3.2019	10 a 19.12.2019	
Jokasta dos Santos Lopes	2017/2018	21 a 30.1.2019	15 a 24.7.2019		8 a 17.1.2019
Kellen Ferreira Nunes	2017/2018	18 a 27.3.2019	9 a 18.9.2019		7 a 16.1.2019
Lucimeire de Souza Pereira	2017/2018	6 a 15.5.2019	14 a 23.10.2019		21 a 30.1.2019
Magaly Carvalho Brunet	2016/2017	7 a 16.1.2019	15 a 24.7.2019		21 a 30.1.2019
Marco Antonio Martins Pereira	2016/2017	29.7 a 7.8.2019	10 a 19.12.2019		18 a 27.1.2019
Selma Gonçalves	2017/2018	7 a 16.3.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019
Wanessa Barbosa Santana	2017/2018	21 a 30.1.2019	1º a 10.7.2019		7 a 16.1.2019

**PORTARIA Nº 451/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Claudia Vieira	2017/2018	11 a 30.3.2019			10 a 19.6.2019
Oneide Teresinha Miozzo	2018/2019	28.10 a 16.11.2019			1º a 10.3.2019
Rafaela Rodrigues Francisco	2018/2019	11 a 20.3.2019	15 a 24.7.2019		22 a 31.3.2019

Passe a constar:

**PORTARIA Nº 2233/2017-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolynne Silvestre Oliveira Mendes	2015/2016	22.4 a 1º.5.2019	17 a 26.6.2019		7 a 16.8.2017

**PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Beatriz dos Reis Medina	2016/2017	15 a 24.10.2018	1º a 10.10.2019		20 a 29.11.2017

**PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Patrick Arruda Santana	2016/2017	11 a 20.4.2018	12 a 21.8.2019		8 a 17.1.2018

**PORTARIA Nº 119/2018-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2017/2018	10 a 19.9.2018	27.5 a 5.6.2019		19 a 28.2.2018

**PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Rech Lima	2017/2018	10 a 19.9.2018	22.4 a 1º.5.2019		20 a 29.9.2018

**PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Joana Maria Diedrich	2017/2018	15 a 24.10.2018	9 a 18.9.2019	10 a 19.12.2019	
Marina Borges Soares	2017/2018	17 a 26.9.2018	8 a 17.4.2019		6 a 15.5.2019

**PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Nadson Matheus Borges	2016/2017	5 a 14.11.2018	10 a 19.6.2019		14 a 23.1.2019

**PORTARIA Nº 3838/2018-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Valter Vieira Segundo	2017/2018	10 a 19.12.2018	11 a 20.3.2019		1º a 10.2.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Alberto Reis Nogueira Júnior	2017/2018	8 a 17.4.2019	15 a 24.7.2019		7 a 16.1.2019
Elizangela Cristina Paes da Silva	2016/2017	8 a 17.1.2019	8 a 17.7.2019		20 a 29.1.2020
Jokasta dos Santos Lopes	2017/2018	21 a 30.1.2019	15 a 24.5.2019		8 a 17.1.2019
Kellen Ferreira Nunes	2017/2018	8 a 17.7.2019	9 a 18.9.2019		7 a 16.1.2019
Lucimeire de Souza Pereira	2017/2018	14 a 23.10.2019	4 a 13.11.2019		21 a 30.1.2019
Magaly Carvalho Brunet	2016/2017	7 a 16.1.2019	1º a 10.7.2019		21 a 30.1.2019
Marco Antonio Martins Pereira	2016/2017	10 a 19.12.2019	7 a 16.1.2020		18 a 27.1.2019
Selma Gonçalves	2017/2018	11 a 20.3.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019
Wanessa Barbosa Santana	2017/2018	21 a 30.1.2019	15 a 24.7.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Claudia Vieira	2017/2018	7 a 16.3.2019	30.10 a 18.11.2019		
Oneide Teresinha Miozzo	2018/2019	8 a 27.7.2019			1º a 10.3.2019
Rafaela Rodrigues Francisco	2018/2019	11 a 20.3.2019	3 a 12.7.2019		22 a 31.3.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

#### PORTARIA Nº 644/2019-PGJ, DE 21.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1280/2018-PGJ, de 11.4.2018, e suas modificações, na parte que concedeu férias ao servidor Luís Augusto Degani de Oliveira Rodrigues, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 25 a 27.4.2019, passe a constar: Período de Gozo – 24 a 26.4.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

#### PORTARIA Nº 652/2019-PGJ, DE 21.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 917/2018-PGJ, de 12.3.2018, com a redação dada pela Portaria nº 3653/2018-PGJ, de 30.10.2018, na parte que concedeu férias ao servidor Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 15 a 19.7.2019, passe a constar: Período de Gozo – 15 a 19.4.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício



**PORTARIA N° 671/2019-PGJ, DE 25.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Epsom Xavier Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 20.2 a 1º.3.2019, em razão de férias, e nos dias 7 e 8.3.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do servidor Gabriel Damião Amaral Silveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 672/2019-PGJ, DE 25.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Rafael de Araújo Dantas, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 17ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 11 a 24.2.2019, em razão de licença da servidora Aline Silva de Azevedo Cavalcante.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**CONSELHO SUPERIOR**

**PAUTA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 12 DE MARÇO DE 2019, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.**

**6. Expedientes:****6.1. Expediente encaminhado para apreciação:****1. Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI/PGJ:**

• **Memorando nº 0006/2019/CETI/PGJ**, de 5.2.2019, o Promotor de Justiça e Presidente do CETI, Ricardo de Melo Alves, em atendimento ao Ofício nº 0751/2018/CSMP, de 09.10.2018, informa que o pleito constante na Ata nº 31/2018, objetivando a atualização do Ementário das decisões proferidas pelo E. Conselho Superior, foi prontamente atendido pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

**6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

• Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001181-9.

**2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

• Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003009-3.

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

• Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000144-7.

**4. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

• Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001448-6.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Brasília:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001125-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001412-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000232-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001602-5.

**6. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003685-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002249-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004612-3.

**7. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003655-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003541-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002210-9.

**8. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001511-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004372-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003769-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002954-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002124-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002123-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001348-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000585-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002588-3.

**9. Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000143-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003297-6.

**6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:****6.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001040-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002401-4.

**2. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002938-0.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000940-2.

**4. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000194-7.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003675-8.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002902-4.

**6. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001092-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000265-7.

**7. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000981-0.

**8. Procuradoria-Geral de Justiça – Assep4:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001442-3.

**9. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001395-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000229-0.

**10. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001328-3.

**11. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000518-7.

**12. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002350-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001167-0.

**13. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002645-0.

**14. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001071-0.

**15. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000814-7.

**16. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002580-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000908-0.

**17. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002286-0.

**18. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002377-0.

**19. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001177-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000123-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000425-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003441-6.

**20. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002579-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000065-1.

**21. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001627-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000024-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000040-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001389-4.

**22. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002389-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001369-4.

**23. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000379-9.

**24. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002390-4.

**25. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000952-4.

**26. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002353-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003074-2.

**27. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001018-6.

**28. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000278-0.

**29. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001463-4.

**30. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000203-5.

**31. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000453-3.

**32. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002676-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002895-8.

**6.3.2. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:****1. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002955-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000240-2.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002954-6.

**2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000604-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000029-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000918-6.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001241-8.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000938-6.

**5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002444-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002384-1.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002849-1.

**6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001204-0.

**7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001251-8.

**8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002724-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001140-8.

**9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000087-0.

**10. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002644-9.

**11. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000947-5.

**12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001185-9.

**13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001121-9.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000247-9.

**14. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000744-4.

**15. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000346-3.

**16. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002214-9.

**17. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000193-6.

**18. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001229-5.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000201-2.

**19. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001115-2.

**20. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002680-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00002784-8.

**21. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000967-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001033-8.

**22. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001098-6.

**23. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000016-6.

**24. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000723-7.

**25. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002850-3.

**26. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002359-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001576-6.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002704-8.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002903-5.

**27. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001202-9.

**6.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:****1. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002399-2.

**2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001095-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001261-8.

**3. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000806-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000862-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000718-1.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003230-7.

**5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000910-2.

**6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001063-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001205-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001230-7.

**7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000290-2.

**8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002383-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002233-1.

**9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001234-0.

**10. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002643-8.

**11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000451-1.

**12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000880-0.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000383-3.

**13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000189-1.

**14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000079-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000301-2.

**15. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000937-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000114-3.

**16. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002282-7.

**17. 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000806-9.

**18. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001108-5.

**19. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001307-2.

**6.3.4. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS SILVA:****1. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001019-7.

**2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000284-5.

**3. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001062-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000931-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001512-2.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002929-0.

**4. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000165-8.

**5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003533-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000082-2.

**6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000040-4.

**7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001363-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001231-8.

**8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000512-1.

**9. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000241-2.

**10. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000152-5.

**11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000594-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000843-2.

**12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000146-9.

**13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000173-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002413-6.

**14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000106-9.

**15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002313-0.

**16. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002570-6.

**17. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002923-5.

**18. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000762-2.

**19. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002330-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000340-1.

**20. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001593-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001403-8.

**21. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002846-9.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002919-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000052-9.

**22. Procuradoria-Geral de Justiça – Assep 4:**

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000099-6.

**23. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000219-0.

**24. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000973-1.



**25. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001031-0.

**26. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000075-9.

**27. Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000120-3.

**28. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000939-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000222-4.

**29. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000768-1.

**30. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde do Mato Grosso:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003592-6.

**31. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001555-5.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002747-0.

**6.3.5. CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:****1. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002406-9.

**2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000416-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000781-5.

**3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001424-5.

**4. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000162-5.

**5. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000008-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000109-1.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000135-8.

**6. 28ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000888-0.

**7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003175-2.

**8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001065-3.

**9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000149-1.

**10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001185-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000448-8.

**11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000178-0.

**12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000212-4.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003440-5.

**13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001441-6.

**14. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002548-3.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000322-2.

**15. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000307-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000342-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002295-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000455-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002289-3.

**16. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000107-0.

**17. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000266-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002848-0.

**18. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000228-0.

**19. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001097-5.

**20. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001172-0.

**21. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000025-9.

**22. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002341-5.

**23. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001321-7.

**24. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000057-0.

**25. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001207-3.

**26. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001549-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001575-5.

**6.3.6. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000845-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000079-5.

**2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000100-3.

**3. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000665-6.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002299-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002494-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002967-9.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000577-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000130-3.

**5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001100-8.

**6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001223-0.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000033-6.

**7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001324-0.

**8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001250-7.

**9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000121-4.

**10. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002295-3.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002571-7.

**11. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000440-7.

**12. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002407-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002294-9.

**13. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000025-5.

**14. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001572-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000194-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000326-0.

**15. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001012-0.

**16. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002771-5.

**17. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000187-0.

**18. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000220-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000298-0.

**19. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002545-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001210-7.

**20. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001552-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003670-3.

**21. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002376-0.

**22. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003388-3.

**23. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000128-0.

**24. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001153-0.

**25. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000831-0.

**26. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000056-0.

**7. Ordem do dia:****7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001774-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Guavirá

Assunto: Apurar a presença de danos ambientais na propriedade rural denominada Fazenda Guavirá.

**2. Inquérito Civil Nº 06.2018.00001664-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: DAEX

Requerida: Fazenda do Chefão

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda do Chefão de propriedade de Maria Loureiro Pinheiro, às margens do rio Apa.

**7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:****1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000113-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Vaca Branca (antiga fazenda Mangabeira), no Município de Paraíso das Águas, consistente em degradação da nascente, por falta de isolamento da APP, e desvio do curso d'água sem autorização do órgão ambiental competente.

## **2. Inquérito Civil nº 06.2015.00000143-5**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Bandeira, área úmida e veredas localizadas no imóvel situado na avenida Rita Vieira de Andrade, quadra 10, lote 04, Parcelamento Jardim Auxiliadora.

## **3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001428-9**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Daniel Liebernecht

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na propriedade denominada “Fazenda Vista Alta”, consistente na exploração de vegetação nativa localizada em área de reserva legal sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

## **4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000164-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de nepotismo, ante a nomeação para cargos em comissão, de confiança e de chefia do casal Roberto Magno e Vania Maria da Silva Pereira; bem como da pessoa de Elizeu Soares irmão do Vereador Oziel Soares, respectivamente Gerente de Núcleo, Diretora de Escola e Chefe do Setor de Tributação.

## **5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001280-7**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edviges Coelho Derzi

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Dois de Ouro, Município de Antônio João/MS (Projeto SOS Rios).

## **6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001359-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a responsabilidade por dano ambiental objeto do Auto de Infração nº 23357 do IMASUL, consubstanciado na exploração ambiental do corte de árvores de madeira sem licença ambiental para tanto por parte de Mauro Mendes da Costa, na Chácara Bálsamo, localizada no Lote 09 do Assentamento Bálsamo, em Nioaque/MS.

## **7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001094-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível desmatamento de 12,01 hectares ocorrido no Assentamento Andalúcia, lote 39, de propriedade de Anildo Belmonte da Silva.

## **8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001795-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Francisco de Carvalho

Assunto: Apurar eventual dano decorrente do corte de árvores sem autorização ambiental, assim como a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal, preservação permanente e a conservação do solo do imóvel denominado “Fazenda Cachoeirinha”.

**9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001916-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldo Carreteiro Furtado

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental a partir de uma nascente onde ocorre erosão laminar com carreamento de sedimentos, os quais acarretam o assoreamento do Córrego Urutal, situado no imóvel rural denominado “Fazenda Retiro Velho”, na cidade de Alcínópolis/MS, de propriedade de Osvaldo Carreteiro Furtado.

**10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002483-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade e/ou ilegalidade na doação/patrocínio no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) destinado à realização de evento a ser promovido pela Associação Recreativa União.

**11. Inquérito Civil nº 06.2018.00002555-0 - SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

**12. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002773-7**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Phoenix Geração de Energia S/A., Savana Geração de Energia S/A.

Assunto: Apurar eventual descumprimento dos planos, programas e projetos aprovados e/ou ausência da Licença de Instalação supostamente emitida pelo IMASUL para construção da PCH Pequena Central Hidrelétrica Verde 4 no Município de Ribas do Rio Pardo.

**13. Inquérito Civil nº 17/2012**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aguinaldo Ferreira

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, no pesqueiro de Aguinaldo Ferreira, na região de Palmeiras, em Terenos, pela construção de edificação potencialmente poluidora em Área de Preservação Permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

**14. Inquérito Civil nº 2/2008**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de assoreamento da nascente do córrego Mário Rosa, localizado no município de Ponta Porã/MS.

**15. Inquérito Civil nº 1/2007**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Arino Fonseca Marques

Assunto: Apurar dano ambiental consistente em desmatar florestas e demais formas de vegetação em área da fazenda Lagoinha, sem licença do órgão ambiental competente.

**16. Inquérito Civil nº 5/2016**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade e/ou ato de improbidade administrativa no que tange à utilização de veículos oficiais pertencentes ao município de Jaraguari/MS, para fins particulares.

#### **17. Inquérito Civil nº 6/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio J. da Silva Neto-ME, Aquino e Flores Ltda., Ledio Roque Pasolini e o município de Rio Verde Mato Grosso

Assunto: Apurar suposta fraude na contratação de empresas para publicação de atos institucionais da Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, referentes aos Processos nº 102, 003, 005, 007 e 011/2013, celebrados com as empresas requeridas.

#### **7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000172-4 - SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000429-1**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nogueira Transporte Ltda - ME

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do exercício da atividade de fabricação de ração para animais, no empreendimento descrito, bem como colher informações, depoimentos, documentos e outras provas para elucidação da verdade, adequação dos fatos à legislação em vigor e eventual imposição das penalidades legais.

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000904-6 - SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

##### **4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001632-5**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: OI S.A.

Assunto: Apurar violação difusa a direitos do consumidor em razão da péssima qualidade dos serviços de internet banda larga prestado pela empresa OI S/A no município de Iguatemi.

##### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000020-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maria Kikue Sakamoto

Assunto: Apurar a regularização ambiental do imóvel objeto da ficha cadastral 0170 SOS Rios.

##### **6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000064-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gustavo Sartori Foletto

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da supressão de árvores nativas e isoladas, sem a devida autorização do órgão ambiental competente, na Fazenda Sussuarana, localizada no município de Rio Brilhante/MS.

##### **7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000083-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa Energética Porto das Pedras S.A e João Roque Buzoli

Assunto: Apurar suposto dano ambiental nas margens do Rio Sucuriú, no município de Chapadão do Sul, descrito no Laudo de Constatação n.º 3518 da Polícia Militar Ambiental.

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000604-2**

2.ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

Assunto: Apurar o despejo de esgoto da SANESUL no Córrego Bonito.

**9. Inquérito Civil nº 06.2018.00000621-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Bom Jesus, áreas 01, 02 e 03

Assunto: Apurar a regularidade ambiental de propriedade rural.

**10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001181-2**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Conselho Municipal de Saúde de Coxim

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na organização e eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Coxim.

**11. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002586-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa Carrão Baterias LTDA EPP e Fabio Augusto Bonilha Fernandes.

Assunto: Apurar eventual prática de crime ambiental cometido pelos requeridos, consistente no transporte de produtos (baterias) perigosos ao meio ambiente, em desacordo com exigências estabelecidas em lei.

**12. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002601-6 - SIGILOSO**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**13. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003169-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ronivon Flávio Rodrigues

Assunto: Apurar possível ocorrência de danos ambientais decorrentes de corte de árvores nativas sem a devida licença ambiental, na propriedade rural localizada na Linha Água da Onça, lote nº 654, Novo Horizonte do Sul.

**7.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000356-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Organização Social Gerir e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar notícia de irregularidades decorrentes da gestão da Organização Social Instituto Gerir no Hospital Regional Dr. José de Simone Neto, em Ponta Porã/MS.



**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****RECOMENDAÇÃO Nº 0003/2019/CGMP/MS, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a aplicação da Resolução CNMP nº 181, de 7 de agosto de 2017, com as alterações trazidas pela Resolução CNMP nº 183, de 24 de janeiro de 2018, quanto à celebração de acordos de não persecução penal.*

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio de seu Corregedor-Geral, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 17 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, pelos arts. 16, *caput*, e 18, X, ambos da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com redação conferida pela Lei Complementar Estadual nº 145, de 22 de abril de 2010, e pelo art. 2º, inciso IV, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002327-4, no âmbito da Corregedoria-Geral do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é o titular da ação penal, conforme o art. 129 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por intermédio da Resolução nº 181, de 7 de agosto de 2017, disciplinou acerca da instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público, mormente tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, fixou a tese de que o *Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado*<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que o Capítulo VII da Resolução CNMP nº 181, com as alterações promovidas pela Resolução CNMP nº 183, de 24 de janeiro de 2018, tratou do “acordo de não persecução penal”, estabelecendo os requisitos e detalhamentos necessários para a sua implementação;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 17/2011-PGJ, de 22 de agosto de 2011, que disciplina, no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, o procedimento investigatório criminal, encontra-se em total consonância com a Resolução CNMP nº 181, com as alterações trazidas pela Resolução CNMP nº 183;

CONSIDERANDO que o Sistema de Processo Eletrônico utilizado pelo MPMS – SAJMP – já contempla as disposições descritas na Resolução CNMP nº 181, com as alterações trazidas pela Resolução CNMP nº 183, inclusive já constando inserida a movimentação “920482”, que permite ao órgão de execução do Ministério Público registrar os termos de acordo de não persecução penal; e

CONSIDERANDO que, em atenção aos princípios constitucionais da eficiência (CF, art. 37, *caput*), da proporcionalidade (CF, art. 5º, LIV) e da celeridade (CF, art. 5º, LXXVIII), este órgão correicional também tratou desta matéria em seu Manual de Orientação Funcional<sup>2</sup>,

RECOMENDA aos membros do Ministério Público, resguardado o princípio institucional da independência funcional, sem caráter vinculativo:

Art. 1º Propor ao investigado o acordo de não persecução penal, quando se tratar de delito cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa cuja pena mínima seja inferior a 4 (quatro) anos, não sendo o caso de arquivamento, desde que ele tenha confessado, formal e circunstanciadamente, a prática do delito, mediante o cumprimento de condições, ajustadas cumulativa ou alternativamente, estabelecidas nos incisos I a V do art. 18 da Resolução CNMP nº 181.

<sup>1</sup> STF RE 593727, Repercussão Geral, Relator: Min. Cezar Peluso, Relator para Acórdão: Min. Gilmar Mendes, j. 14/5/2015, p. 8/9/2015.

<sup>2</sup> MATO GROSSO DO SUL. Ministério Público Estadual. Corregedoria-Geral do Ministério Público. Manual de Orientação Funcional. Campo Grande, 2018, p. 55-56, itens 62.13 e 62.14.

§ 1º O acordo será formalizado nos autos, contendo a qualificação completa do investigado, estipulando-se, de modo claro, as suas condições, eventuais valores a serem restituídos e as datas para cumprimento, e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor, comunicando-se a vítima por qualquer meio idôneo e submetendo-se os autos à apreciação judicial.

§ 2º A confissão detalhada dos fatos e as tratativas do acordo deverão ser registradas, prioritariamente, pelos meios ou recursos de gravação audiovisual, destinados a obter maior fidelidade das informações.

§ 3º É dever do investigado comunicar ao Ministério Público eventual mudança de endereço, número de telefone ou *e-mail*, bem como comprovar mensalmente o cumprimento das condições, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo ele, quando for o caso, por iniciativa própria, apresentar imediatamente, de forma documentada, eventual justificativa para o não cumprimento do acordo.

§ 4º O acordo de não persecução penal poderá ser celebrado na mesma oportunidade da audiência de custódia.

Art. 2º Atentar para o fato de que não se admitirá a proposta de acordo de não persecução penal nas hipóteses descritas nos incisos de I a VI do § 1º e no § 12 do art. 18 da Resolução CNMP nº 181, a saber, quando:

I – for cabível a transação penal, nos termos da lei;

II – o dano causado for superior a vinte salários mínimos;

III – o investigado incorra em alguma das hipóteses previstas no art. 76, § 2º, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;

IV – o aguardo para o cumprimento do acordo possa acarretar a prescrição da pretensão punitiva estatal;

V – o delito for hediondo ou equiparado e nos casos de incidência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;

VI – a celebração do acordo não atender ao que seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime;

VII – se tratar de delito cometido por militar que afete a hierarquia e a disciplina.

Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA

Corregedor-Geral do Ministério Público

## COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

### EDITAL Nº 06/2019

#### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 06/2019, referente aos documentos Secretaria de Tecnologia da Informação, analisados e encaminhados para eliminação através do Formulário e Recolhimento de Documentos para Eliminação, com data do dia 23.01.2019, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpad@mpms.mp.br](mailto:cpad@mpms.mp.br)), até o dia 26.02.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 07.03.2019

## LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 06/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)		PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)	
<b>Órgão / Setor-</b> Secretaria de Tecnologia da Informação		<b>Órgão / Setor-</b> Secretaria de Tecnologia da Informação	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe e Subclasse: 000.002-Ofícios e memorandos expedidos; 000.003-Ofícios e memorandos recebidos.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.II.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 06/2019	Exercício 2015	Exercício 2016
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

## EDITAL Nº 07/2019

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 07/2019, referente aos documentos do Núcleo Ambiental, analisados e encaminhados para eliminação, através do memorando 07/2019-Núcleo Ambiental e anexo Formulário e Recolhimento de Documentos para Eliminação, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpad@mpms.mp.br](mailto:cpad@mpms.mp.br)), até o dia 26.02.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 07.03.2019

## LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 07/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)		PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)	
<b>Órgão / Setor-</b> Núcleo Ambiental-PGJ		<b>Órgão / Setor-</b> Núcleo Ambiental-PGJ	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe e Subclasse: 000.0001-Controle de processos e correspondências; 000.002-Ofícios e memorandos expedidos; 000.003-Avisos de Recebimento; 000.009-Requisição de Diárias; 000.010-Relatório de Viagem;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.II.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 07/2019	Exercício 2013	Exercício 2016
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

**EDITAL Nº 08/2019****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 08/2019, referente aos documentos CAO de habitação e urbanismo e patrimônio histórico e cultural, analisados e encaminhados para eliminação, através do memorando 008/2019-CAOMA-MS, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpad@mpms.mp.br](mailto:cpad@mpms.mp.br)), até o dia 26.02.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 07.03.2019

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 08/2019**

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)		PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- CAOHURB		Órgão / Setor- CAOHURB		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL				
Classe e Subclasse: 000.002-Ofícios e memorandos expedidos; 000.003-Ofícios e memorandos recebidos; 000.011-Certidão expedida;		Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.II.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda.  Lista de Eliminação de Documentos nº 08/2019	Exercício 2014	Exercício 2017
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos				

**EDITAL Nº 09/2019****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 09/2019, referente aos documentos do CAO do Meio Ambiente, analisados e encaminhados para eliminação, através do memorando 008/2019-CAOMA-MS, nos termos do disposto do art. 11, inciso II, Parágrafo único da Resolução nº025-2018-PGJ, de 07 de fevereiro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpad@mpms.mp.br](mailto:cpad@mpms.mp.br)), até o dia 26.02.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 07.03.2019

## LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 09/2019

PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor)	PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor- CAOMA	Órgão / Setor- CAOMA		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe e Subclasse: 000.001-Controle de Processos e correspondências; 000.002-Ofícios e memorandos expedidos; 000.003-Ofícios e memorandos recebidos; 000.011-Certidão expedida; - Arrolamentos; -Termos; -Requerimentos diversos; -Despachos.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda.  Lista de Eliminação de Documentos nº 09/2019	Exercício 2000	Exercício 2016
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 037/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0186/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **BRUNO RIBEIRO ALVES - ME**, representada por **Bruno Ribeiro Alves**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$ 14,00 (quatorze reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 112,00 (cento e doze reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000209, de 16.01.2019. Vigência: 18.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 18 de janeiro de 2019.

## EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 072/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0462/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **SANDRO ANTONIO MACIEL - ME**, neste ato representada por **Sandro Antonio Maciel**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário R\$ 80,00 (oitenta reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 80,00 (oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000478, de 1º.02.2019.

Vigência: 11.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 074/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0470/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **SANDRO ANTONIO MACIEL - ME**, neste ato representada por **Sandro Antonio Maciel**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$ 12,00 (doze reais) para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000486, de 04.02.2019.

Vigência: 11.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 085/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0290/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **TERRA PAISAGISMO E FLORICULTURA LTDA-ME**, representada por **Carlos Henrique da Silva Valini**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 200,00 (duzentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000452, de 30.01.2019.

Vigência: 13.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 13 de fevereiro de 2019

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 086/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0520/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **NORDESTE SUL MATOGROSSENSE REVENDEDORA DE GÁS LTDA**, representada por **Fernando Issao Shiraishi**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário R\$ 70,00 (setenta reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 70,00 (setenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000523, de 05.02.2019.

Vigência: 13.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 13 de fevereiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 096/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0532/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **JOÃO RICARDO DO PRADO**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 120,00 (cento e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000568, de 06.02.2019.

Vigência: 14.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 14 de fevereiro de 2019

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 098/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0531/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **JOÃO RICARDO DO PRADO**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia/MS, a ser executado quinzenalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000570, de 06.02.2019.

Vigência: 14.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 14 de fevereiro de 2019

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 104/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0523/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2- **CK CONVENIÊNCIA LTDA-ME**, representada por **Charly Kipgen**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000517, de 05.02.2019.

Vigência: 15.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 15 de fevereiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 114/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0625/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **VERDE FLORA PAISAGISMO EIRELI-ME**, representada por **Ronaldo Gasque Soares**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000631, de 11.02.2019.

Vigência: 18.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2019

**EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/PGJ/2009.**

Processo: PGJ/10/1567/2009.

Partes:

1 – **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2 – **ALEXANDRO NASCIMENTO DUARTE**, representado por **JOANA PAULO DO NASCIMENTO**.

Procedimento Licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo Legal: Artigos 13 e 27, inciso II, ambos da Lei Estadual nº 4.335, de 10 de abril de 2013; e artigo 62, §3º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Incluir o item 6.4, na Cláusula Sexta, do Contrato nº 29/PGJ/2009, referente à locação do imóvel utilizado para a instalação da Promotoria de Justiça da Comarca de Batayporã/MS, para regulamentar a responsabilidade do Locador em providenciar e manter atualizado o Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar.

Valor mensal do Contrato: R\$ 1.224,91 (um mil, duzentos e vinte e quatro reais e noventa centavos).

Vigência/produção de efeitos: 1º.02.2019 a 19.07.2019.

Data de assinatura: 1º de fevereiro de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****RECOMENDAÇÃO Nº 001/2019/31PJ/CGR**

(AGESUL - Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos)

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002571-7

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio do Promotor de Justiça titular da 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Campo Grande/MS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar n. 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e,

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para



tanto, deve promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 assegura ao Ministério Público expedir Recomendação Administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual, e municipal, requisitando aos destinatários a adequada e imediata divulgação, assim como resposta por escrito, bem como que o artigo 9º, inciso I, alínea “d” da Resolução n. 018/2010-PGJ assegura a competência à 31ª Promotoria de Justiça para “expedir recomendação dirigida a órgãos públicos e a entidades privadas, com vista à prevenção de condutas lesivas ao patrimônio público e à melhoria das atividades ligadas a sua área de atuação”;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que licitação é um “certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas”<sup>3</sup>;

CONSIDERANDO que o procedimento de licitação “estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir”<sup>4</sup>.

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, no âmbito dos poderes da união, estados, do distrito federal e municípios, bem como diz em seu art. 3º que as licitações serão julgadas consoante a observância constitucional da isonomia, da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável;

CONSIDERANDO que, após a abertura do edital, o certame é precedido de duas fases fundamentais, a uma, a demonstração dos atributos, chamada de *habilitação* e a duas, da apuração da melhor proposta, chamada de *julgamento*;

CONSIDERANDO que a habilitação, chamada também de qualificação, é a fase do procedimento em que se analisa a aptidão dos licitantes e que a, por outra forma, “qualificação indispensável para que sua proposta possa ser objeto de consideração”<sup>5</sup> e se torne exequível, além de, enquanto ato decisório, é ato vinculado<sup>6</sup>;

CONSIDERANDO que o art. 27 da Lei n. 8.666/93 estatui aos proponentes, na fase de qualificação, os *numerus clausus* a serem preenchidos para disputa do certame, quais sejam: habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade trabalhista e cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 37 da CF/88.

CONSIDERANDO que a qualificação econômico-financeira corresponde à “disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação”<sup>7</sup> e trata-se do vulto dos investimentos e despesas necessários à execução da prestação;

CONSIDERANDO que o inciso III do art. 31 da Lei n. 8.666/93 prevê a garantia de participação, dentro da qualificação econômico-financeira dos proponentes, a saber:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no “caput” e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

Considerando ainda que a garantia estatuída no inciso III do artigo *supramencionado* poderá ser exigida, a critério da

3 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 25ª ed., Editora Malheiros, São Paulo, 2008, p. 514.

4 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 25ª ed., Editora Malheiros, São Paulo, 2008, p. 514.

5 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 25ª ed., Editora Malheiros, São Paulo, 2008, p. 575.

6 FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª ed., Editora Dialética, São Paulo, 2010, p. 369.

7 FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª ed., Editora Dialética, São Paulo, 2010, p. 469.

autoridade competente, nas contratações de obras, serviços e compras, vide *caput* e § 1º do art. 56, *in verbis*:

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

I - seguro-garantia;

II - fiança bancária.

CONSIDERANDO que o art. 43, inciso I da Lei n. 8.666/93 estabelece que a licitação será processada e julgada com observância do procedimento de abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;

CONSIDERANDO que, a jurisprudência das Cortes de Contas<sup>8</sup> é firme em apontar que a prática de se exigir a “garantia por participação” seja comprovada anteriormente à abertura do certame ofende aos dispositivos da Lei de Licitações, quais sejam, arts. 4º; 21, §2º; 31, inciso III; 40, inciso VI e 43, inciso I;

CONSIDERANDO que o enunciado do Colendo Tribunal de Contas da União - TCU aduz que:

"É irregular a exigência de prestação de garantia da proposta antes da data de apresentação dos documentos de habilitação, pois não encontra amparo na Lei 8.666/1993 e permite o conhecimento antecipado das empresas que efetivamente participarão do certame, o que pode comprometer o caráter competitivo da licitação."

(TCU, Acórdão 2552/2017 – Plenário, Rel. Min. AUGUSTO SHERMAN, área: licitação, tema: qualificação econômico-financeira, subtema: garantia da proposta, data da sessão: 14.1.2017)

CONSIDERANDO que, ainda que a prestação de garantia lastreada no inciso III do art. 31 da Lei n. 8.666/93 deva ser recolhida anteriormente pelos licitantes, sua comprovação deverá ser exigida somente no momento da avaliação da qualificação econômico-financeira, logo, junto à abertura dos envelopes no dia do certame.

RECOMENDA ao Diretor-Presidente da AGESUL - Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos, Luiz Roberto Martins de Araújo, que SE ABSTENHA de inserir, nos Editais de Licitações da AGESUL, a exigência de entrega de documento comprobatório do pagamento da garantia de participação, em data prévia àquela marcada para o recebimento e a abertura dos envelopes, devendo tal comprovação documental ser exigida somente na abertura dos envelopes, momento adequado para análise dos documentos relativos à qualificação econômico-financeira dos licitantes.

Solicita ainda que seja informado a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 20 (vinte) dias, o acatamento desta Recomendação, discriminando, em caso afirmativo, todas as medidas adotadas, com a apresentação desde logo de eventual documentação pertinente. Esclarece-se que o descumprimento desta Recomendação poderá dar ensejo à interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de manutenção da situação fática narrada.

Por fim, DETERMINA-SE as seguintes providências:

- 1) encaminhe-se o teor deste expediente ao Diretor-Presidente da AGESUL - Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos, mediante recibo por escrito, para conhecimento e providência nos termos alhures;
- 2) encaminhe-se o teor deste expediente à Senhora Procuradora-Geral do Estado, para conhecimento;
- 3) encaminhe-se cópia do expediente para o setor de publicação do DOMP, para cumprimento das normas de publicidade da presente Recomendação;
- 4) encaminhe-se, por fim, cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução n. 015/2007/PGJ-MS.

Campo Grande-MS, 25 de fevereiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

31º Promotor de Justiça de Campo Grande

<sup>8</sup> (TCE-MG, Denúncia n. 862.973; TCE-SP, TC n. 021978/026/11).

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**AMAMBAI**

---

**EDITAL Nº 0006/2019/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil: 06.2019.00000360-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: FABRICA DE BANQUETAS E COM. FERREIRA EIRELI - ME

Objeto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental provocada por empresas do comércio irregular de produtos de madeira instaladas no município de Coronel Sapucaia/MS. (IC 15/2013).

Amambai (MS), 26 de fevereiro de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

---

**CHAPADÃO DO SUL**

---

**EDITAL 05/2019/1ª PJCS**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em 21/02/2019 nos autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00001703-5. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Termo de Ajustamento de Conduta

Inquérito Civil nº 06.2017.00001703-5

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissário: Município de Chapadão do Sul

Objeto: Apurar a contratação de servidores temporários, fora das hipóteses constitucionais e legais permitidas, por parte do Município de Chapadão do Sul/MS.

Chapadão do Sul/MS, 22 de fevereiro de 2019.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

**EDITAL 06/2019/1ª PJCS**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Bairro Parque União, neste Município. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002444-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Paraíso das Águas; Igor Pereira Rosa Paniago-ME.

Assunto: Apurar eventuais fraudes no procedimento licitatório que originou o contrato administrativo 082/2017, celebrado pela Prefeitura Municipal do Município de Paraíso das Águas/MS, e possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes.

Chapadão do Sul/MS, 25 de fevereiro de 2019.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

---

**JARDIM**

---

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Jardim torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2019.00000352-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Coronel Stuck, n.º 85, Centro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n.º 06.2019.00000352-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna - MS.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na criação do cargo de Coordenador de Departamento de Atenção Básica, na cidade de Guia Lopes da Laguna - MS, bem como possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

Jardim, 25/02/2019.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça.

---

**NAVIRAÍ**

---

**EDITAL N.º 0007/2019/02PJ/NVR**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, n.º 50, Centro.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00000373-8

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que servidor público municipal teria se enriquecido ilicitamente a partir da comercialização de bem público.

Naviraí, 25 de fevereiro de 2019

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO N.º 01/2019**

A Doutora Letícia Rossana P. Ferreira Berto de Almada, Promotora de Justiça da 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial as previstas no art. 129, *caput*, II e VII, da Constituição da República, art. 27, *caput*, II, e parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 (LOMP Nacional), art. 28, II, e art. 29, IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 (LOMP-MS):

CONSIDERANDO que os procedimentos em trâmite perante o Juizado Especial orientar-se-ão pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade;

CONSIDERANDO que, conforme dispõe o artigo 69 da Lei n.º 9.099/95, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima;

CONSIDERANDO que o Enunciado n.º 117 do FONAGE dispõe que “A ausência da vítima na audiência, quanto intimada ou não localizada, importará renúncia tácita à representação”;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar a forma como ocorre a intimação da vítima acerca da data designada para realização audiência preliminar, com a devida cientificação da mesma quanto aos efeitos de sua ausência ao ato;

CONSIDERANDO, por fim, que a presente recomendação objetiva propiciar uma integração das funções deste Órgão e da Polícia Civil;

RESOLVE RECOMENDAR, aos Delegados de Polícia Civil de Naviraí, a adoção das seguintes providências legais:

I. Após o registro dos Termos Circunstanciados de Ocorrência e designação de data para realização de audiência preliminar junto ao Juizado Especial Criminal, quando da intimação da vítima para comparecer ao ato, seja ela advertida de que, nos crimes condicionados à representação do ofendido, sua ausência importará em renúncia tácita ao mencionado direito, conforme prevê o Enunciado nº. 117 do FONAGE, resultando na extinção do feito.

REQUISITA, com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da LOMP Nacional (Lei 8.625/1993), ao Delegado Regional de Naviraí que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, leve a presente recomendação ao conhecimento de todos os seus destinatários (Delegados de Polícia e demais servidores da Polícia Civil de Naviraí), respondendo, por escrito, a esta Promotoria de Justiça quando a completa divulgação houver sido efetuada.

Naviraí-MS, 25 de fevereiro de 2019.

LETÍCIA ROSSANA P. FERREIRA BERTO DE ALMADA  
Promotora de Justiça

---

#### COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

---

#### ANAUROLÂNDIA

---

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00004161-7

Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerida: Município de Anaurilândia

#### REGULAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública para a prestação de contas de todos os gastos efetuados com os juros do recurso, oriundo do acordo celebrado com a CESP, bem como ouvir sugestões para eventual utilização daqueles.

Data: 18 de março de 2019; Horário: 08 horas; Local: Câmara Municipal de Anaurilândia – Avenida Brasil, 1161, conforme previsto no artigo 27, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993; no artigo 1º da Resolução n.º 82/2012/CNMP; no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994; e no artigo 46 da Resolução n.º 15/2007-PGJ, resolve realizar Audiência Pública, nos termos seguintes:

#### TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Audiência Pública será realizada com a finalidade de o Município prestar contas de todos os gastos efetuados com os juros do recurso, oriundo do acordo celebrado com a CESP, bem como ouvir sugestões para eventual utilização daqueles.

Art. 2º - Caberá ao Promotor de Justiça de Anaurilândia a condução dos debates, nos termos definidos neste regimento. Parágrafo único - São prerrogativas do Presidente da sessão: a) Designar um ou mais secretários que a assistam; b) Realizar uma apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso dos debates; c) Decidir sobre a pertinência das intervenções orais; d) Decidir sobre a pertinência das questões formuladas; e) Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação,

quando repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante; f) Prorrogar o tempo das elocuições, quando considere necessário ou útil; g) limitar o número de inscritos para participação do debate.

## TÍTULO II DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

### CAPÍTULO I DA INSCRIÇÃO

Art. 3º - Para participar dos debates, poderá ser feita prévia inscrição pessoalmente no endereço da Promotoria de Justiça de Anaurilândia, sito à Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Anaurilândia/MS, por meio do endereço eletrônico: [pjanaurilandia@mpms.mp.br](mailto:pjanaurilandia@mpms.mp.br), ou antes do início da realização da audiência pública com o Secretário-Geral ou com pessoa indicada por este. § 1º. A ordem de inscrição determinará a sequência dos questionadores; §2º O número de inscritos para o debate será limitado a 20 (vinte) pessoas, podendo ser aumentado, a critério da Presidência.

Art. 4º - O(s) a(s) expositores(as) fará(ão) uso da palavra por 5 (cinco) minutos no máximo e os questionamentos aos expositores terão o prazo máximo de duração de 3 (três) minutos, podendo ser aumentado ou diminuído, de acordo com o Presidente: §1º. Para as considerações iniciais poderão fazer o uso da palavra na respectiva ordem: a) O Promotor de Justiça de Anaurilândia; b) O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal falarão cada um por até 5 minutos; c) Secretário Municipal de Finanças; d) Os representantes da Comissão de Acompanhamento da CESP; §2º. Após as considerações iniciais realizadas, o Presidente passará a palavra aos convidados à audiência pública nesta ordem: a) Secretário Municipal de Finanças; b) Representante da Comissão de Acompanhamento do Recurso da CESP. §3º Encerrada a exposição dos convidados, o Presidente abrirá o debate, passando a palavra aos inscritos junto à Secretaria-Geral, sendo concedido no máximo 05 minutos para considerações e 03 minutos para a realização de perguntas aos convidados; a) as perguntas deverão ser formuladas de forma clara e objetiva, sendo permitida, porém, prévia consideração sobre o assunto a ser questionado desde que não ultrapasse o tempo limite concedido; b) ao convidado questionado será concedido o tempo máximo de 05 minutos para a resposta, devendo esta ser clara e objetiva sobre o questionamento que lhe foi realizado. §4º Ao final dos debates o Presidente da Audiência concederá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, ao Prefeito Municipal que terão o prazo máximo de 03 minutos para suas considerações finais; §5º É facultado ao representante do Ministério Público Estadual convidar especialistas, pesquisadores, técnicos, associações com atuação no âmbito do objeto da audiência, representações profissionais ou sindicais, assim como empresas ou usuários, observada a pertinência temática, para comparecerem à audiência; § 6º Os casos omissos serão resolvidos no ato pela Presidência, constando da Ata.

### CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO:

Art. 5º - A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização da Audiência Pública.

Art. 6º - A Audiência Pública será realizada no dia 18 de março de 2019, a partir das 08 horas, na Câmara Municipal, localizada na Avenida Brasil, 1161, Centro, Anaurilândia/MS.

Art. 7º - A Audiência Pública será realizada na forma de exposição e debates orais e, conforme disciplinada neste regimento, sendo facultada a apresentação de documentos escritos e assinados no transcorrer desta.

Art. 8º - A audiência será presidida pelo Promotor de Justiça de Anaurilândia, o qual irá abrir a Audiência Pública e, após leitura do objeto da sessão, concederá a palavra aos expositores na ordem prevista no §1º do artigo 4º, com posterior discussão com os interessados presentes, nos termos do § 2º e §3º do artigo 4º;

Art. 9º - Podem participar da Audiência Pública como debatedores quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que possuam interesse geral na questão objeto da audiência ou que, pela experiência profissional e/ou acadêmica, possam contribuir para o esclarecimento do objeto da sessão, mediante convite prévio a ser realizado pela presidência da Audiência Pública. § 1º. As manifestações versarão, obrigatoriamente, sobre assuntos que digam respeito ao objeto da audiência, podendo o presidente advertir o participante quando fizer uso da palavra sobre assunto em desconformidade com a presente disposição e cassar a palavra, na hipótese de insistência em desviar-se dos objetivos da Audiência Pública; § 2º. Não será permitido o uso indevido da palavra para ataque pessoal, incontinência verbal ou manifestação de cunho político/partidário;

Art. 10º - Será emitida declaração de comparecimento pela Promotoria de Justiça ao final da Audiência Pública para os participantes que solicitarem até o início da sessão.

Art. 11º - Concluídas as exposições e as intervenções, o Presidente dará por encerrada a Audiência Pública, fazendo leitura resumida dos pontos principais da sessão, sendo que a ata será lavrada e enviada posteriormente no *e-mail* cadastrado dos participantes em até dez dias após a realização do evento. § 1º. Serão anexados à ata todos os documentos que forem entregues à Presidente dos trabalhos durante o trâmite da Audiência Pública; § 2º. A ata será subscrita, no mínimo, pelo Presidente da Sessão, pelo Secretário-Geral na Audiência Pública e por 2 pessoas presentes, representando os demais;

Art. 12º - Ao final dos trabalhos, o representante do Ministério Público efetivará: I - Lavratura de Ata Circunstanciada, no prazo de 10 (dez) dias, a contar de sua realização, em atendimento ao previsto no Artigo 49 da Resolução nº 15/2007-PGJ; II - Encaminhamento da Ata da Audiência e seu extrato ao Procurador-Geral de Justiça para ciência, conforme dispõe a Resolução supracitada; III - No caso de surgimento de matérias afetas à atribuição de outra Promotoria de Justiça, encaminhamento das conclusões e respectivos documentos ao Promotor de Justiça com atribuição na área.

### CAPÍTULO III DA PUBLICIDADE:

Art. 13º - A Audiência Pública será ampla e previamente divulgada pelos meios de comunicação e o extrato do edital publicado no DOMP – Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Parágrafo único – Será solicitada à Assessoria de Comunicação do Ministério Público Estadual, a divulgação da Audiência Pública no site da instituição com o fim de dar a publicidade devida.

Anaurilândia, 20 de fevereiro de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI  
Promotor de Justiça

### DEODÁPOLIS

#### EDITAL Nº 0006/2019/PJ/DPS

Inquérito Civil Nº 06.2019.00000053-0

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000053-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual.

Interessado: Patrícia Firmino Siqueira Martins.

Objeto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente em descumprimento de carga horária, no Hospital Municipal Cristo Rei, no Município de Deodápolis/MS, por parte da servidora pública municipal Patrícia Firmino Siqueira.

Deodápolis/MS, 25 de fevereiro de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS  
Promotor de Justiça